A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: NARRATIVA, MEMÓRIA E CULTURA POPULAR

José Walter Lisboa Cavalcanti[1]
Cibelle Oliveira de Carvalho[2]

Resumo

Este artigo propõe e sistematiza uma metodologia para o ensino de História fundamentada na contação de histórias, articulando os pressupostos da Educação Histórica às relações entre narrativa, memória e aprendizagem histórica. Parte-se da compreensão de que a narrativa oral, quando construída a partir de pesquisas sobre experiências historicamente situadas e integrada a um planejamento pedagógico intencional, ultrapassa a condição de recurso didático para constituir uma metodologia voltada à produção de sentidos sobre o passado. A pesquisa adota abordagem qualitativa e toma como referência uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Médio, baseada em narrativas de rezadeiras do município de Gravatá (PE), utilizada como campo empírico para análise da proposta metodológica apresentada. A partir da interlocução entre referenciais da Educação Histórica e dos estudos sobre contação de histórias, o artigo sistematiza princípios metodológicos que compreendem pesquisa e escuta das narrativas, contextualização histórica, elaboração da narrativa pedagógica, contação e experiência narrativa, problematização histórica, sistematização e avaliação da aprendizagem. A análise da experiência indica que essa organização metodológica favorece a aproximação entre os conhecimentos históricos escolares e os saberes produzidos pelas comunidades, amplia as possibilidades de reconhecimento de patrimônios culturais e de sujeitos historicamente invisibilizados e cria condições para processos de interpretação histórica das experiências narradas. Conclui-se que a contação de histórias, compreendida como metodologia estruturada de ensino, amplia as possibilidades de renovação das práticas pedagógicas em História e oferece referenciais para a utilização de narrativas comunitárias como fontes legítimas de conhecimento histórico.

Palavras-chave: Ensino de História; Contação de histórias; Aprendizagem histórica; Metodologia de ensino.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a transposição didática da História tem exigido superar modelos tradicionais que reduzem o passado a um inventário estático de fatos e cronologias lineares. No horizonte teórico da Educação Histórica, ensinar História configura-se como um ato intencional de atribuição de sentidos temporais e de formação da consciência histórica, no qual os estudantes são mobilizados a articular passado, presente e expectativas de futuro. Em um país caracterizado por múltiplos territórios, memórias plurais e patrimônios culturais comunitários, essa tarefa ganha ainda mais densidade: requer metodologias reflexivas que conectem os saberes curriculares às experiências humanas situadas no tempo. É nessa perspectiva epistemológica que a narrativa se afirma não apenas como forma discursiva, mas como operação de inteligibilidade histórica e como caminho para a produção crítica de conhecimento escolar.

Entre as práticas educativas que possibilitam essa aproximação, a contação de histórias consolidou-se como importante forma de mediação cultural, valorização da oralidade e formação humana. Tradicionalmente vinculada à literatura, à formação de leitores e à educação infantil, essa prática tem demonstrado potencial para mobilizar a imaginação, promover experiências de escuta e estabelecer vínculos entre narradores e ouvintes. No campo do ensino

[1] Professor de História da Educação Básica. Discente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte (UPE/Mata Norte). ORCID: 0009-0007-3534-9658. E-mail: walterlisboa@hotmail.com.
[2] Discente da Especialização em Alfabetização na Prática, da Faculdade FOCUS, cibelle.carvalho@hotmail.com

de História, entretanto, sua utilização ainda aparece frequentemente associada à condição de recurso didático complementar ou estratégia de sensibilização, sendo ainda menos exploradas as possibilidades de sua organização como metodologia voltada especificamente à aprendizagem histórica.

A articulação entre a Educação Histórica e os estudos sobre narrativa, oralidade e contação de histórias permite compreender as possibilidades da narrativa oral como metodologia para o ensino de História. Defende-se que, quando fundamentada em experiências historicamente situadas e orientada por intencionalidade pedagógica, a contação ultrapassa a função de recurso complementar e se constitui como metodologia, articulando pesquisa histórica, construção narrativa, contextualização, mediação, problematização e sistematização da aprendizagem. Nessa perspectiva, memórias e experiências comunitárias se tornam possibilidades de investigação, interpretação e produção de conhecimento histórico escolar.

A discussão toma como campo empírico uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Médio a partir de narrativas de rezadeiras do município de Gravatá, Pernambuco. As experiências dessas mulheres possibilitam aproximar memória, oralidade, cultura popular e patrimônio cultural das questões próprias do ensino de História, ao mesmo tempo em que oferecem condições para analisar as possibilidades e os limites da metodologia proposta. Nesse sentido, as rezadeiras e suas narrativas constituem o campo a partir do qual a proposta é analisada, sem restringir sua aplicação a esse objeto específico.

Diante dessas considerações, este artigo tem por objetivo analisar e sistematizar a contação de histórias como metodologia para o ensino de História, discutindo seu potencial para articular narrativa, memória e aprendizagem histórica a partir da experiência pedagógica desenvolvida com narrativas de rezadeiras de Gravatá (PE). Para tanto, inicialmente são discutidas as relações entre aprendizagem histórica e narrativa e, em seguida, os fundamentos da contação de histórias como metodologia de ensino. Posteriormente, são sistematizados os princípios metodológicos que estruturam a proposta e analisada sua aplicação na experiência pedagógica desenvolvida. Por fim, discutem-se suas possibilidades de adaptação a diferentes contextos, narrativas comunitárias e objetos do ensino de História.

2 APRENDIZAGEM HISTÓRICA E NARRATIVA: FUNDAMENTOS PARA UMA METODOLOGIA DE ENSINO

Ensinar História implica mais do que transmitir informações sobre o passado. Significa criar condições para que os estudantes compreendam as experiências humanas em sua historicidade, estabeleçam relações entre diferentes temporalidades e produzam sentidos sobre os processos históricos que orientam a vida em sociedade. Nessa perspectiva, a aprendizagem histórica não se reduz à assimilação de conteúdos, mas envolve processos de interpretação, reflexão e construção de significados acerca das ações humanas no tempo.

Essa compreensão encontra fundamento no campo da Educação Histórica, que tem se dedicado à investigação dos processos pelos quais os sujeitos constroem conhecimentos e interpretações sobre o passado. Nessa perspectiva, Barca (2003) destaca a aprendizagem

histórica como campo de investigação atento às ideias e formas de compreensão histórica desenvolvidas pelos estudantes. Em diálogo com essa perspectiva, as contribuições de Jörn Rüsen permitem compreender a aprendizagem histórica em sua relação com a formação da consciência histórica. Para Rüsen (2001; 2007), o conhecimento histórico não se limita ao domínio de informações ou conceitos, mas envolve a capacidade de interpretar experiências do passado e estabelecer relações com questões do presente e expectativas de futuro. Nessa perspectiva, a narrativa desempenha papel fundamental na articulação entre essas diferentes temporalidades, pois "a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro" (RÜSEN, 2001, p. 64). A aprendizagem histórica envolve, portanto, processos pelos quais os sujeitos organizam temporalmente suas experiências e constroem interpretações capazes de orientar sua compreensão do mundo.

A centralidade da narrativa na atribuição de sentidos ao tempo também encontra respaldo nas reflexões de Ricoeur (1994). Ao discutir as relações entre tempo e narrativa, o autor evidencia que narrar não significa simplesmente reproduzir acontecimentos, mas organizá-los temporalmente por meio de operações de seleção, articulação e interpretação. Nesse processo, ganha centralidade aquilo que Ricoeur denomina operação de configuração, uma vez que "essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da operação de configuração que nos fez preferir o termo da tessitura da intriga ao de intriga e o de disposição ao de sistema" (RICOEUR, 1994, p. 102). A narrativa estabelece relações entre acontecimentos e experiências, tornando possível construir inteligibilidade sobre as ações humanas no tempo. Para o ensino de História, essa compreensão permite reconhecer a narrativa não apenas como forma de apresentação do conhecimento, mas como possibilidade de organização e interpretação da experiência histórica.

Essa dimensão interpretativa dialoga diretamente com as reflexões de Benjamin (1987a) acerca do narrador e da transmissão da experiência coletiva. Ao investigar as origens e o declínio dessa arte, o autor ressalta a natureza comunitária do ato de narrar ao dizer que "o narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada. E transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história. O romancista segregou-se. O local de nascimento do romance é o indivíduo na sua solidão" (BENJAMIN, 1987a, p. 201). E, ao aprofundar essa distinção, Benjamin contrapõe a narrativa à lógica da informação capitalista, alertando que

> cada manhã nos informa sobre as novidades do universo. No entanto, somos pobres em histórias notáveis. Isso ocorre porque não chega até nós nenhum fato que já não tenha sido impregnado de explicações (...). Já é metade da arte de narrar, liberar uma história de explicações à medida que ela é reproduzida. (BENJAMIN, 1987a, p. 203).

No contexto do ensino de História, essa característica possibilita trabalhar narrativas não como relatos herméticos a serem recebidos passivamente, mas como experiências abertas que demandam interrogação, contextualização e diálogo com os processos temporais vividos pelos educandos.

Zumthor (2010) acrescenta a essa discussão a dimensão da oralidade e da performance. A palavra narrada constitui um acontecimento comunicativo no qual voz, corpo, gestos, ritmos, silêncios e interação participam da produção de significados. A oralidade, portanto, não corresponde simplesmente à vocalização de um texto previamente escrito, mas a uma

experiência compartilhada entre aquele que narra e aqueles que escutam. Essa perspectiva é particularmente relevante para a contação de histórias, uma vez que permite compreender a performance narrativa como parte do processo de mediação e construção de sentidos.

As contribuições desses autores aproximam-se da concepção freireana de educação ao reconhecerem o sujeito como participante ativo dos processos de produção de conhecimento. Para Freire (2021), ensinar não consiste em transferir conhecimentos, mas em criar possibilidades para sua construção crítica por meio do diálogo, da problematização e da mediação pedagógica. Aplicada ao ensino de História, essa perspectiva exige que as experiências e narrativas mobilizadas em sala de aula sejam submetidas à reflexão e relacionadas aos conhecimentos históricos, evitando que a escuta se encerre na recepção passiva de um relato.

A articulação entre esses referenciais permite compreender a narrativa como forma de organização temporal das experiências, a oralidade como prática performática e relacional e a mediação pedagógica como condição para sua interpretação histórica. Quando fundamentada em experiências historicamente situadas e orientada por objetivos de aprendizagem, a contação de histórias pode aproximar conhecimentos escolares e memórias comunitárias, desde que envolva contextualização e problematização, e não apenas a escuta de relatos. Para compreender sua organização como metodologia de ensino de História, é necessário examinar os elementos próprios da contação, discutidos na seção seguinte.

3 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Embora a contação de histórias seja amplamente reconhecida como prática educativa, sua presença na escola esteve, durante muito tempo, associada principalmente à educação infantil, à formação de leitores e ao desenvolvimento da imaginação. Nesse contexto, a narrativa oral consolidou-se como importante instrumento de mediação cultural, favorecendo experiências de escuta, interação e construção de sentidos. Entretanto, suas possibilidades educativas não se restringem a esses campos, podendo ser mobilizadas em outras áreas do conhecimento quando articuladas a objetivos específicos de aprendizagem.

Os estudos desenvolvidos por Regina Machado contribuem para essa compreensão ao demonstrarem que contar histórias não consiste apenas em reproduzir narrativas, mas em proporcionar experiências formativas mediadas pela palavra, pela escuta e pela imaginação. Nessa perspectiva, a autora afirma que

> essa infinita repetição e variedade, essa substância unitária do todo, que a um só tempo engloba o universal e o particular fazem da experiência de contato com os contos tradicionais uma possibilidade de aprendizagem que vai muito além dos objetivos usualmente listados nos planejamentos escolares (MACHADO, 2004, p. 26).

A narrativa constitui uma experiência capaz de mobilizar diferentes formas de percepção, permitindo aos ouvintes atribuir sentidos às histórias relatadas em conexão com sua própria historicidade. Essa atualização é sintetizada por Machado ao elucidar o tempo do narrar:

> Então, 'Era uma vez' significa que a singularidade do momento da narração unifica o passado mítico - fora do tempo - com o presente único - no tempo - daquela pessoa singular que a escuta e a presentifica. É a história dessa pessoa que lhe é contada por meio do relato universal. (MACHADO, 2015, p. 42).

Mais adiante, a autora complementa que estar dentro da história propicia experimentar a inteireza no agora, operando no âmbito da "imaginação criadora" (MACHADO, 2015, p. 43-44). Para a aula de História, essa vivência confere densidade à escuta, pois retira o passado da abstração cronológica e o torna presente e significativo para o estudante.

Nessa mesma direção, Coelho (2002) destaca que a contação de histórias exige planejamento, preparação e intencionalidade. A escolha da narrativa, a organização do ambiente, a construção da sequência narrativa, o domínio da linguagem oral e a interação com os ouvintes constituem elementos importantes para o desenvolvimento da atividade. Dessa perspectiva, contar histórias em contexto educativo não corresponde simplesmente à improvisação ou à reprodução de um texto, mas pressupõe escolhas orientadas pelas finalidades da experiência que se pretende construir.

Busatto (2005) amplia essa compreensão ao conceber a narrativa oral como prática formadora de mediação cultural e imagética. Ao delimitar a singularidade da presença do narrador frente a outras linguagens expressivas, a pesquisadora pontua:

> Na narração oral não se representa um personagem, antes, se sugere, se apresenta, e deixa-se ao ouvinte a construção desse personagem, do espaço e da ação, de acordo com os seus referenciais internos. É o que chamo de arte da representação — o teatro, e arte da apresentação — a narração oral. (BUSATTO, 2005, p. 24).

Essa distinção é fulcral para o ensino de História: o ato de apresentar, em vez de representar rigidamente, deixa margens e vazios para que o estudante formule suas próprias inferências e atue como coprodutor do sentido histórico.

Sisto (2005), por sua vez, chama atenção para a dimensão performática da contação de histórias. Voz, gestos, expressões, pausas, silêncios e ritmos participam da construção da experiência narrativa e interferem na relação estabelecida entre narrador, narrativa e ouvintes. Esses elementos não constituem apenas recursos acessórios, mas integram a própria realização da narrativa oral, contribuindo para o envolvimento dos participantes e para a produção compartilhada de significados.

Em conjunto, essas contribuições caracterizam a contação de histórias como prática de seleção narrativa, planejamento, oralidade, performance, interação e mediação cultural. Embora desenvolvidas sobretudo nos estudos literários, da tradição oral e da formação humana, oferecem fundamentos para investigar sua articulação com a aprendizagem histórica, que requer contextualização, problematização e interpretação das temporalidades.

No ensino de História, a contação não se limita a despertar interesse: para constituir metodologia, deve integrar objetivos de aprendizagem e narrativas historicamente situadas, passíveis de investigação e interpretação. Assim, a escuta participa de um processo de mediação pedagógica no qual os estudantes problematizam as experiências narradas.

Isso não significa substituir outras metodologias ou transformar todas as aulas em experiências narrativas. A contribuição da contação está em ampliar as formas de aproximação com o conhecimento histórico, inclusive por meio de memórias e experiências comunitárias.

Para que essa possibilidade se concretize, é necessário explicitar os procedimentos que articulam pesquisa, elaboração narrativa, mediação e avaliação da aprendizagem, sistematizados na seção seguinte.

4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

As reflexões desenvolvidas nas seções anteriores permitem compreender que a contação de histórias pode assumir uma dimensão metodológica própria no ensino de História quando articulada aos pressupostos da Educação Histórica e organizada a partir de objetivos claramente definidos de aprendizagem. Essa compreensão exige ultrapassar a ideia de que contar histórias constitui apenas uma atividade de sensibilização ou um recurso complementar às aulas, reconhecendo que sua inserção no ensino de História pressupõe pesquisa, planejamento, contextualização, mediação pedagógica, problematização e avaliação.

A partir dessa perspectiva, propõe-se um percurso organizado em sete princípios metodológicos articulados entre si. Esses princípios não constituem etapas rígidas ou um protocolo fechado, mas referenciais que orientam a transformação de narrativas historicamente situadas em experiências de ensino e aprendizagem histórica.

A contação de histórias não se inicia no momento da narração, mas na pesquisa e na escuta das experiências produzidas pelos sujeitos e pelas comunidades. A aproximação com as memórias locais e o reconhecimento das experiências vividas constituem condições importantes para que as narrativas utilizadas em sala de aula preservem sua historicidade e relevância cultural. Esse primeiro princípio envolve, portanto, investigação, escuta e seleção das experiências que poderão ser posteriormente trabalhadas pedagogicamente.

As narrativas produzidas pelos sujeitos e pelas comunidades não devem ser apresentadas como relatos isolados ou simples curiosidades culturais. Sua incorporação ao ensino de História pressupõe situá-las em seus contextos históricos, sociais e culturais, estabelecendo relações com processos mais amplos. A contextualização possibilita identificar permanências, mudanças, conflitos, práticas e formas de produção de saberes, transformando a narrativa em objeto de reflexão histórica.

A partir do material pesquisado e contextualizado, torna-se necessário construir a narrativa que será mobilizada pedagogicamente. Nesse momento, definem-se os objetivos de aprendizagem, selecionam-se os elementos históricos pertinentes e organiza-se a sequência narrativa. Não se trata de ficcionalizar as experiências investigadas nem de reduzir sua complexidade, mas de realizar escolhas pedagógicas que preservem sua historicidade e permitam estabelecer relações com os conhecimentos e problemas históricos que se pretende trabalhar.

A realização da contação constitui o momento em que a narrativa é compartilhada com os estudantes. Voz, ritmo, pausas, silêncios, expressões corporais, organização do ambiente e interação com os ouvintes participam dessa experiência. Esses elementos não constituem aspectos meramente acessórios, mas integram a própria mediação narrativa, favorecendo a escuta, o envolvimento e a construção compartilhada de sentidos. A performance deve estar articulada aos objetivos definidos para a atividade e às características da narrativa selecionada.

A aprendizagem não se encerra com a narração. Após a experiência de escuta, a mediação docente assume papel fundamental na formulação de questões, comparações e debates que possibilitem aos estudantes interrogar as experiências apresentadas e estabelecer relações entre a narrativa e os conhecimentos históricos. Nesse momento, a narrativa passa a ser tomada como objeto de interpretação histórica, criando condições para que os estudantes deixem a posição exclusiva de ouvintes e assumam também o papel de intérpretes das experiências narradas.

As interpretações construídas ao longo da atividade precisam encontrar formas de registro e organização. Produções escritas, registros individuais ou coletivos, debates sistematizados, atividades investigativas e outras estratégias podem permitir que os estudantes explicitem as relações estabelecidas entre a narrativa, os conteúdos históricos e suas próprias interpretações. A sistematização também produz evidências que possibilitam ao professor acompanhar o percurso de aprendizagem desenvolvido durante a atividade.

A avaliação não deve se concentrar apenas na capacidade de recordar personagens, acontecimentos ou informações presentes na narrativa. Seu foco deve considerar as interpretações produzidas pelos estudantes e sua capacidade de contextualizar experiências, estabelecer relações entre temporalidades, identificar permanências e mudanças, reconhecer diferentes sujeitos históricos e mobilizar conhecimentos para interpretar questões relacionadas ao passado e ao presente. Os registros produzidos durante a problematização e a sistematização constituem, nesse sentido, importantes evidências para a análise da aprendizagem.

Os sete princípios podem ser compreendidos como componentes articulados de um percurso metodológico no qual pesquisa, historicização, construção narrativa, experiência de escuta, interpretação, sistematização e avaliação se relacionam continuamente. Embora apresentados em sequência para fins de sistematização, esses componentes podem estabelecer movimentos de retomada e reelaboração conforme as características da narrativa, os objetivos de aprendizagem e as condições específicas de cada contexto escolar.

Figura 1 – Percurso metodológico da contação de histórias no ensino de História



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A proposta não pretende estabelecer um procedimento único para a utilização da contação de histórias no ensino de História. Os princípios apresentados constituem referenciais orientadores que podem ser adaptados às diferentes realidades escolares, aos contextos socioculturais e aos objetos de estudo mobilizados pelos docentes. Sua finalidade é oferecer elementos para integrar narrativas produzidas nas comunidades, memórias e patrimônios culturais aos processos de aprendizagem histórica, preservando a historicidade das experiências e a intencionalidade pedagógica que orienta sua utilização.

É a partir desses princípios que se organiza a experiência pedagógica analisada na seção seguinte. Desenvolvida com estudantes do Ensino Médio a partir de narrativas de rezadeiras do município de Gravatá (PE), a experiência possibilita examinar concretamente como pesquisa histórica, narrativa oral, mediação pedagógica, problematização e aprendizagem podem ser articuladas no desenvolvimento da proposta.

5 A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA A PARTIR DAS NARRATIVAS DE REZADEIRAS

A experiência pedagógica foi desenvolvida com estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Aarão Lins de Andrade, em Gravatá (PE), no âmbito de pesquisa vinculada ao ProfHistória. Tomando como referência narrativas e saberes de rezadeiras do município,

constituiu o campo empírico para analisar a aplicação da metodologia sistematizada nas seções anteriores.

Foram aplicados 20 questionários em duas turmas: dez no 2º ano A e dez no 2º ano E. Destes, 19 foram considerados na análise, pois um foi entregue em branco. No 2º ano A, desenvolveu-se uma sequência com contação de histórias; no 2º ano E, uma aula expositiva dialogada. As respostas permitiram identificar percepções dos estudantes e relações entre os saberes abordados, os conteúdos históricos e suas referências culturais, sem estabelecer uma comparação conclusiva de desempenho entre as turmas.

A escolha das rezadeiras decorreu da relevância histórica e cultural de suas trajetórias, marcadas por práticas de cura, religiosidade popular, uso de plantas medicinais e solidariedade comunitária. Ao refletir sobre a reconstrução das lembranças, Ecléa Bosi observa:

> Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa (...) A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. (BOSI, 1994, p. 38-39).

Em diálogo com Maurice Halbwachs, Bosi (1994, p. 63) recorda o papel dos mais velhos como depositários da memória comunitária. As narrativas das rezadeiras de Gravatá, nessa perspectiva, constituíram referências para a elaboração pedagógica, permitindo reconhecê-las como sujeitos históricos e portadoras de saberes coletivos, para além de uma abordagem folclorizante.

A experiência articulou pesquisa e escuta das narrativas, contextualização histórica e elaboração de uma narrativa pedagógica adequada aos objetivos da atividade. A história A Mulher que Guardava Palavras, centrada na personagem Dona Edite, foi construída para aproximar as experiências das rezadeiras das questões históricas discutidas com os estudantes, sem pretender reproduzir integralmente os relatos pesquisados.

No 2º ano A, a contação foi conduzida por Cibelle Oliveira de Carvalho, coautora do estudo, em ambiente organizado para favorecer escuta e interação. Voz, gestos, pausas, expressões corporais e recursos simbólicos integraram a performance, tornando a oralidade parte da mediação pedagógica e da construção compartilhada de sentidos.

Após a narrativa, a roda de conversa promoveu a problematização de temas como memória, patrimônio cultural, religiosidade popular, práticas de cura e transmissão de saberes. Os estudantes foram convidados a relacionar a história aos conhecimentos da disciplina e às experiências familiares e comunitárias. A sistematização ocorreu por meio do diálogo orientado e da retomada dos conceitos trabalhados; a avaliação reuniu observação participante e respostas aos questionários.

Os questionários registraram manifestações de reconhecimento das práticas culturais locais e relações entre a narrativa e os conteúdos discutidos. Esses registros oferecem indícios de envolvimento e interpretação das experiências comunitárias, mas não permitem atribuir exclusivamente à contação os processos de aprendizagem observados.

A atividade também abriu espaço para compreender as rezadeiras como sujeitos históricos, e não apenas como figuras folclóricas ou pertencentes ao passado. Suas práticas e memórias foram relacionadas ao patrimônio cultural, às relações intergeracionais, às permanências e mudanças e à produção social de conhecimentos.

Assim, a experiência evidencia que a potencialidade da contação de histórias não decorre automaticamente do ato de narrar, mas da articulação entre pesquisa, contextualização, elaboração narrativa, performance, problematização, sistematização e avaliação. Sem constituir prova definitiva de eficácia ou autorizar generalizações, a experiência oferece elementos para refletir sobre a aplicação dessa metodologia em outros contextos, tema da seção seguinte.

6 POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A contribuição da metodologia proposta não reside na reprodução da atividade com as rezadeiras de Gravatá, mas na adaptação de seus princípios a diferentes contextos escolares, sujeitos históricos e objetos de estudo. Os sete princípios sistematizados anteriormente são referenciais orientadores, cuja aplicação depende dos objetivos de aprendizagem, das características das narrativas e das realidades socioculturais envolvidas.

A contação de histórias pode mobilizar experiências de comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, agricultores familiares, mestres da cultura popular, artesãos, brincantes, trabalhadores urbanos, migrantes e outros sujeitos cujas trajetórias permitam problematizar processos históricos. A seleção das narrativas deve considerar sua pertinência pedagógica e preservar a historicidade das experiências, evitando abordagens descontextualizadas, estereotipadas ou folclorizantes.

A adaptação da metodologia reforça a centralidade do trabalho docente. Cabe ao professor pesquisar e selecionar narrativas, contextualizar as experiências e relacioná-las aos conhecimentos históricos, organizando momentos de problematização e sistematização. Assim, os estudantes podem ultrapassar a escuta inicial e construir interpretações fundamentadas. Longe de simplificar a docência, essa prática exige planejamento, domínio dos conteúdos e intencionalidade pedagógica.

A incorporação de narrativas comunitárias também aproxima escola e território. Memórias, patrimônios culturais e experiências locais podem tornar-se objetos de investigação quando submetidos à contextualização e à problematização histórica. Essa aproximação favorece o reconhecimento de sujeitos pouco presentes nas narrativas escolares e o diálogo entre conhecimentos sistematizados e experiências sociais dos estudantes.

A metodologia admite articulações com Literatura, Geografia, Sociologia, Filosofia, Ciências da Natureza e Artes, conforme a narrativa e os objetivos propostos. Essa abertura, contudo, não elimina a especificidade do ensino de História, que exige problematizar temporalidades, permanências, transformações e relações entre experiências particulares e processos mais amplos. A interdisciplinaridade amplia a experiência educativa sem substituir os objetivos da aprendizagem histórica.

Portanto, a proposta não constitui um modelo fechado ou um procedimento uniforme. Sua aplicação requer adaptações às narrativas, aos sujeitos, às condições escolares e aos objetivos docentes. Permanece essencial a articulação entre pesquisa, contextualização histórica, elaboração e performance narrativa, problematização, sistematização e avaliação, para que a contação de histórias opere como metodologia de ensino, e não apenas como atividade de sensibilização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da compreensão de que a contação de histórias pode assumir uma dimensão metodológica própria no ensino de História quando articulada a objetivos de aprendizagem e fundamentada em processos de pesquisa, contextualização, mediação e problematização. A análise desenvolvida permitiu aproximar referenciais da Educação Histórica e estudos sobre narrativa, oralidade e contação de histórias, buscando compreender de que maneira experiências narradas podem ser incorporadas ao espaço escolar como possibilidades de interpretação histórica.

A principal contribuição do trabalho encontra-se na sistematização de sete princípios metodológicos articulados: pesquisa e escuta das narrativas; contextualização histórica; elaboração da narrativa pedagógica; contação e experiência narrativa; problematização histórica; sistematização da aprendizagem; e avaliação da aprendizagem histórica. Esses princípios não constituem etapas rígidas ou um protocolo a ser reproduzido, mas referenciais que permitem organizar a contação de histórias de acordo com as especificidades do ensino de História e com os objetivos estabelecidos para cada contexto educativo.

A experiência desenvolvida a partir de narrativas de rezadeiras de Gravatá (PE) possibilitou analisar a aplicação desses princípios em uma situação concreta de ensino. As manifestações observadas durante a atividade indicaram possibilidades de aproximação entre conhecimentos históricos escolares e experiências culturais reconhecidas pelos estudantes, além de favorecerem a problematização das rezadeiras como sujeitos históricos e de seus saberes como parte das experiências sociais e culturais da comunidade. Esses elementos devem, contudo, ser interpretados nos limites da experiência realizada e não permitem estabelecer relações causais ou generalizações acerca dos efeitos da metodologia sobre a aprendizagem histórica.

A proposta também evidencia que a potencialidade pedagógica da contação não decorre exclusivamente do ato de narrar, mas da articulação entre os diferentes componentes do percurso metodológico. É essa articulação que possibilita deslocar a narrativa da condição de elemento meramente ilustrativo para torná-la objeto de investigação e interpretação no ensino de História.

Embora desenvolvida a partir das experiências das rezadeiras, a metodologia não se restringe a esse campo empírico. Seus princípios podem orientar práticas construídas a partir de diferentes narrativas comunitárias, patrimônios culturais e experiências de sujeitos históricos, desde que respeitadas suas especificidades e realizada a necessária contextualização

histórica. Essa possibilidade de adaptação amplia o diálogo entre escola e comunidade e abre caminhos para práticas de ensino que reconheçam diferentes sujeitos, memórias e formas de produção de saberes.

Por fim, os resultados apresentados não encerram a discussão sobre as relações entre contação de histórias e aprendizagem histórica. A aplicação da proposta em outros contextos escolares, acompanhada de instrumentos sistemáticos de registro e análise das interpretações produzidas pelos estudantes, poderá contribuir para avaliar seus alcances, limites e possibilidades de aperfeiçoamento. Nesse sentido, a metodologia sistematizada neste estudo deve ser compreendida como uma proposta aberta à experimentação, à adaptação e à investigação, contribuindo para ampliar o repertório metodológico do ensino de História e o diálogo entre conhecimento histórico escolar, narrativas e experiências produzidas nas comunidades.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras**: História, Porto, III Série, v. 2, p. 13-21, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. (Obras Escolhidas, v. 1).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUSATTO, Cléo. **Narrando histórias no século XXI**: tradição e ciberespaço. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COELHO, Betty. **Contar histórias**: uma arte sem idade. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MACHADO, Regina. **Acordais**: fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias. São Paulo: DCL, 2004.

MACHADO, Regina. **A arte da palavra e da escuta**: edição revista e ampliada do livro Acordais. São Paulo: Reviravolta, 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Curitiba: Positivo, 2005.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.